

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas
Pós-Graduação em História e Culturas Políticas

Lucas Almeida Silveira

“RAÍZES DO BRASIL” E O CONCEITO DE CULTURA POLÍTICA

Belo Horizonte
2012

Lucas Almeida Silveira

“RAÍZES DO BRASIL” E O CONCEITO DE CULTURA POLÍTICA

Monografia de especialização apresentada à Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da UFMG, como requisito para obtenção do título de pós-graduado em História e Culturas Políticas.

Orientador: Prof. Rodrigo Patto Sá Motta

Belo Horizonte
2012

907.2 Silveira, Lucas Almeida.
S587r "Raízes do Brasil" e o conceito de cultura política [recurso
2012 eletrônico] / Lucas Almeida Silveira. - 2012.
1 recurso online (34 f.) : pdf
Orientador: Rodrigo Patto Sá Motta.

Monografia apresentada ao curso de Especialização em
História e Culturas Políticas - Universidade Federal de Minas
Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas.

Inclui bibliografia.

1.História. 2.Cultura política. I. Motta, Rodrigo Patto Sá.
II. Universidade Federal de Minas Gerais. Faculdade de
Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA**



FOLHA DE APROVAÇÃO

" Raízes do Brasil e o Conceito de Cultura Política."

Lucas Almeida Silveira

Monografia aprovada em 11/05/2012 pela banca examinadora constituída pelos Professores:

Prof. Dr. Rodrigo Patto Sá Motta - Orientador
UFMG

Profa. Dra. Adriana Romeiro
UFMG

Profa. Dra. Miriam Hermeto Sá Motta
UFMG

Documento assinado digitalmente
gov.br RODRIGO PATTO SA MOTTA
Data: 13/08/2024 18:01:16-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Belo Horizonte, 13 de Agosto de 2024

RESUMO

A monografia procura fazer dialogar a problemática da conceituação de cultura política com os parâmetros interpretativos apresentados por Sérgio Buarque de Holanda em sua obra mais famosa, *Raízes do Brasil*, levantando as congruências e incongruências existentes entre os dois.

Palavras-chave: Cultura Política; Homem Cordial; Interdisciplinaridade; Cultura Cívica.

ABSTRACT

The text seeks to confront the issue of defining the concept of political culture with the interpretative parameters presented by Sérgio Buarque de Holanda in his most famous work, *Raízes do Brasil*, raising the compatibilities and incompatibilities between the two.

Key words: Political Culture; Cordial Man; Interdisciplinarity; Civic Culture.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	7
2	CULTURA POLÍTICA	8
2.1	Almond e Verba	10
2.2	Baczko	14
2.3	Cefaï.....	19
2.4	Patto / Berstein.....	21
3	SÉRGIO BUARQUE	24
3.1	Raízes do Brasil	25
4	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	31
5	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	33

1 INTRODUÇÃO

Sérgio Buarque de Holanda foi um grande historiador brasileiro, que fundamentou uma visão original do processo histórico brasileiro, utilizando conceitos de pensadores importantes, tais como Max Weber, e implantou uma forma de interpretação da nossa sociedade que teve repercussões em vários campos do pensamento.

Este trabalho se propõe fazer um exercício de análise da teoria de Sérgio Buarque contida em *Raízes do Brasil* à luz do conceito de cultura política. Na primeira parte, aborda o próprio conceito, mais como uma problemática do que como uma descrição, a fim de balizar sua utilização na análise. Na segunda parte trata do livro de Sérgio Buarque para depois fazer a comparação com o conceito utilizado.

2 CULTURA POLÍTICA

O conceito de cultura política encontrou-se sempre, embora em conjunções de circunstâncias variáveis ao longo do tempo, em local fundamentalmente interdisciplinar no quadro das discussões conceituais que baseiam a proposição de um campo de estudo histórico dedicado a ele.

Como coloca Berstein (1998), já havia se fundado, antes do surgimento do campo de estudo da cultura política propriamente dito, um entendimento da história baseado em premissas que levavam em conta dimensões da vida social tratadas, primordialmente, nos campos da Ciência Política, da Antropologia, da Sociologia e da Psicologia. É o que vemos dizer também Daniel Cefaï (2001), quando enfatiza a centralidade da interdisciplinaridade na sua definição do campo de estudo da cultura política. Trata-se de ampliar o entendimento dos fatos e dos processos históricos, procurando aliar, à concatenação dos acontecimentos em linhas traçadas no tempo, a dinâmica do poder em dada sociedade, no que tange a Ciência Política; o campo propriamente cultural fica, nessa discussão, associado ao interesse da Antropologia pelas sociedades primitivas, desprovidas de um governo central e, portanto, reveladoras de um funcionamento social dependente de padrões mais horizontais de relacionamento, os quais o conceito de cultura, apesar de sua frouxidão, abrangia organicamente; através da Sociologia, promoveu-se um deslocamento do estudo do universo político como aquele que diz respeito aos fatos ocorridos ou relacionados diretamente à esfera das instituições governamentais para o funcionamento dessas mesmas instituições quanto ao seu relacionamento com aqueles que por elas são governados; e a Psicologia, permitindo asserções de nível individual suficientemente abstratas para abranger toda a sociedade, ou para permitir classificações intrassociais baseadas em padrões psicológicos dos indivíduos pertencentes a grupos identificados na sociedade, trouxe os processos mentais para a explicação dos padrões de interação social.

Por causa da forma assimétrica com que se deu a absorção dos conceitos das diferentes ciências sociais entre as escolas de pensamento e mesmo entre pensadores diferentes, o conceito de cultura política sempre teve natureza polissêmica, servindo para tipos muito distintos de análise dos fenômenos políticos, nem sempre nitidamente discerníveis em acordo

com linhas teóricas diferentes, mas por vezes aparecendo não como o efeito da abertura teórica, e sim como essa própria abertura (Kuschnir e Carneiro, 1999).

Por tudo isso, aliado à frouxidão com que é utilizado ainda em discussões acadêmicas, o conceito de cultura política permanece, essencialmente, problemático. Materializa-se forçosamente, mesmo quando abordado diretamente, mais em uma discussão do que em um instrumento teórico, obrigando aquele que o utiliza a especificar exatamente do que, ou de qual linha teórica, está falando.

Contudo, o que dificilmente se põe em questão é a fecundidade dessa discussão eminentemente interdisciplinar. A idéia de que existe uma cultura política trouxe renovações importantes para as Ciências Sociais e para a História, pois levou à atenção dos estudiosos, mesmo num ambiente polissêmico, dimensões da vida social que exigem todo um novo repertório argumentativo.

Neste trabalho, procederei à análise de quatro diferentes abordagens do conceito de cultura política: a primeira delas será a de Gabriel Almond e Sidney Verba, tal como elaborada em *The Civic Culture* (1965). A segunda, a de Bronislaw Baczko, que aparece sintetizada em *Les Imaginaires Sociaux* (1984). A terceira, a que foi definida por Daniel Cefaï, no livro *Cultures Politiques* (2001), organizado por ele. Por fim, a de Rodrigo Patto, que será tratada aqui juntamente com a de Serge Berstein.

O critério de escolha dessas abordagens não segue de maneira alguma, como é óbvio para quem já as conhece minimamente, a visualização de uma congruência que existiria entre elas e nos levaria a um entendimento comum do conceito em questão. Tampouco as elege como representativas de uma noção que, como apontado anteriormente, e patentemente demonstrado no texto de Kuschnir e Carneiro (1999), seguiu caminhos muito diversos ao longo da história de sua apropriação. Antes, como ficará mais claro adiante, coloca em evidência a própria heterogeneidade do conceito em sua problemática, o que nos leva a trazer à baila questão inversa à do seu entendimento tal como aparece em cada pensador e escola: por que, então, o termo cultura política é utilizado por todos esses mesmos pensadores e escolas? Qual a força explicativa de simplesmente se pronunciar o termo cultura política em detrimento de outras análises antagônicas a essa tendência de pensamento que, mesmo múltipla, se formou ao longo do século XX (Kuschnir e Carneiro, 1999)?

Pode-se ver que se trata de uma questão que deve ser abordada no interior da própria discussão teórica em torno do objeto “cultura política”. Quer dizer, são os processos mesmo de negação, absorção, síntese e positivação de formas de pensamento em torno do conceito que conformam um campo em que se reclamam identidades teóricas distintas. É como participantes desse mesmo campo que aparecerão aqui as abordagens a seguir.

2.1 Almond e Verba

A dupla de cientistas americanos inicia sua conceituação de cultura política, presente em *The Civic Culture*, pela contextualização de um problema histórico, referente à incerteza da inevitabilidade da emergência e permanência da democracia nos novos e velhos países do mundo, depois que sugeriram os regimes totalitários europeus.

Dado o contexto pós Segunda Guerra Mundial de redefinição dos mapas políticos africano e asiático, uma nova questão se impunha, pois percebia-se claramente a necessidade de existir uma cultura política nacional consistente com a existência e funcionamento do regime democrático dentro de um país. Partindo do pressuposto de que haveria uma escala de desenvolvimento político cujo topo, por razões históricas, abrigaria a cultura participativa americana, Almond e Verba se perguntam sobre a caracterização e a dinâmica de difusão, aparentemente mais difícil e lenta do que a que ocorre com os bens econômicos, dessa cultura entre os países do globo.

Portanto, em primeiro lugar, pode-se destacar que a empreitada dos autores, uma pesquisa com milhares de entrevistas em cinco países, as quais continham questões de múltipla escolha e discursivas, procura produzir o resultado de **situar na escala mencionada a cultura política em questão**. Daí deriva a necessidade de produzir um método que quantifique e organize muito bem essa escala.

Pelos critérios escolhidos para montagem dos tipos de cultura política, percebe-se que os autores estão tratando basicamente do nível de estruturação (percepção dos objetos de governo, inclusive de si mesmo como participante do sistema político) e fluxo (*inputs* e *outputs*) de relacionamento entre governantes e governados. A escolha do método de *survey*,

utilizado largamente pela sociologia americana, revela a intenção de mapear esse fluxo como padrões sociológicos, no sentido de que não se trata de abordar a estrutura normativa das instituições de governo, mas de capturar como o governado pensa e age cotidianamente em relação a essas instituições. Revela também a escolha *a priori* do sistema político americano como aquele que atingiu o maior grau de desenvolvimento político-cultural. A idéia é a de que, considerando que os Estados Unidos possuem, como “mostra” a história, uma cultura política desenvolvida, basta ao cientista procurar o que há lá, e por que há, para que seja possível compreender o funcionamento e a possibilidade de desenvolvimento político-cultural de outros países do globo. Só então aparecem, na fundamentação conceitual dos autores, os conceitos que promovem a caracterização das culturas políticas.

Para apresentar essa caracterização, destacaremos na teoria de Almond e Verba, em segundo lugar, o **ponto de vista individualista**. Embora os autores apontem o conceito de cultura política como privilegiado para fazer a ligação entre a micro e a macro política, a estrutura de governo nacional aparece na pesquisa como conjunto de objetos percebidos diferentemente por cada indivíduo da sociedade. O ponto de partida é o indivíduo. A cultura política será diferente de acordo com a maior ou menor quantidade deles que percebem de uma maneira ou de outra, ou de diferentes maneiras dispostas em gradação, esses objetos.

O mesmo nível de abstração dispensado ao indivíduo dentro da teoria é aplicado à definição dos componentes, ou objetos, do sistema político para os quais esses indivíduos são, ou não, orientados. São eles: o sistema político como um todo; os objetos de entrada (canais de demanda política da população); os objetos de saída (instâncias de execução de políticas governamentais); e si próprio, isto é, a auto-percepção do indivíduo dentro do sistema. Em relação a esses objetos os indivíduos se orientarão cognitivamente, afetivamente e avaliativamente. A combinação entre essas orientações define perfis político-culturais diversos.

O mesmo argumento que aproxima Almond e Verba da Antropologia parece afastá-los dela. Pois, se, como colocam os autores, o uso do termo cultura, em lugar de caráter nacional, por exemplo, está ligado a essa proximidade, pois mostra o desejo de preservar o entendimento dos processos de aculturação, difusão e conflito, a forma de caracterização dessa cultura define um entendimento abstrato que procura sempre a existência ou não de determinados elementos políticos nela. Esses elementos nos levam ao terceiro ponto que gostaria de destacar

aqui na teoria de Almond e Verba: seu **entendimento da política como o que é relacionado à dinâmica do fluxo de poder entre governo e governados**. Mesmo não sendo o objeto de estudo da pesquisa as instituições políticas, cultura política aqui não se refere, como a frouxidão do conceito mencionada na introdução permite-o também abranger, principalmente em considerações mais informais da questão, às conseqüências políticas de determinados padrões de comportamento característicos de determinados coletivos humanos, uma definição bem mais ampla que procura a raiz da explicação em fluxos de relacionamento horizontais, se colocados em comparação à verticalidade do binômio governante/governado.

Essa explicação, que se aproxima mais, como veremos mais à frente, da visão de Daniel Cefaï, além de ampliar a fonte de causalidade, pode chegar à negação do binômio para entender a cultura como uma totalidade que impede a separação analítica entre a cultura propriamente dita e a cultura política. Assim, também o individualismo da teoria americana é negado, pois sua explicação resulta do entendimento global de uma cultura identificada, retirando o foco do indivíduo para a cultura como objeto com dinâmica própria.

Para fazer justiça à dupla de autores, é preciso mencionar que um aspecto positivo, que eles apontam quando tratam da abertura que seu método permite para a caracterização da cultura política de qualquer grupo, bastando pesquisar esse grupo de acordo com os critérios cuidadosamente elaborados dos autores, é a capacitação do pesquisador para identificar ilhas ou tendências diferentes dentro da mesma sociedade, o que, como os próprios autores apontam, foge da simplificada inferência do desempenho do sistema político a partir de características psicológicas consideradas típicas de determinado grupo social. Abre-se a possibilidade para a percepção nítida de conflitos entre grupos que agem com comportamentos diferentes.

Aliado a essa abertura, podemos destacar, em quarto lugar, **o caráter típico-ideal das categorias abordadas pelos autores**. Vista desse ponto de vista, a fundamentação teórica, e, conseqüentemente, a aplicação dessa fundamentação, assume uma complexidade profícua. O exemplo mais claro disso é o tratamento dado pelos autores à cultura política que chamam de cívica.

Como se sabe, as culturas políticas, definidas como propriedades de percepção, afetividade e avaliação expressas pelos indivíduos em sociedade política, configuram padrões de interação que podem ser congruentes ou incongruentes com a estrutura política sobre a qual funcionam.

Isso significa que dentro da mesma sociedade existem diferentes tendências que podem se confirmar, se somar, se potencializar ou se subtrair, de acordo também, como assumem literalmente Almond e Verba, com o contexto histórico dado, que deve sempre ser levado em consideração na análise do fenômeno.

Assim, temos a cultura política paroquial, identificada com as sociedades que seriam mais atrasadas na escala de desenvolvimento da cultura política, como as tribais africanas ou dos índios. Essa cultura possui quase ausência de orientação positiva a um centro de poder. Funciona por outros mecanismos, associados a rituais e prevalência da autoridade tradicional. Também não possui relacionamento com estruturas de saída e entrada, sendo impossível existir qualquer autoconsciência participativa nesse meio. A cultura política da sujeição existe nos casos em que o indivíduo percebe nitidamente uma estrutura de governo, mas não cria um espaço vivo de fluxo entre o que os governados querem e o que o governo faz. Por isso, o governo age como variável independente na análise.

Chegamos à cultura cívica. Na própria definição dessa cultura, aparece o caráter típico-ideal mencionado. Pode-se perceber que, além da própria definição de cultura política ser constituída de aspectos da interação com o poder que podem ser tratados como tipos ideais, ou seja, as formas de orientação em relação aos objetos políticos podem aparecer combinadas diferentemente de acordo com a sociedade em questão, a cultura cívica é, por definição, uma combinação de culturas políticas. Vale a pena citar:

Assim, atitudes que favorecem a participação no interior do sistema político exercem papel de grande importância na cultura cívica, mas também o exercem as atitudes não políticas, como confiança nos outros e participação social em geral. A manutenção dessas atitudes mais tradicionais e sua fusão com as orientações participativas conduzem a uma cultura política equilibrada, em que atividade política, envolvimento e racionalidade existem, mas são equilibrados por passividade, tradicionalismo e compromisso com valores paroquiais.¹

Na escala de Almond e Verba, é introduzido, além do nível de análise combinada de

¹ Traduzido de: ALMOND, Gabriel & VERBA, Sidney. *The civic culture: political attitude and democracy in five nations*. Boston: Little-Brown, 1965, p.30.

orientações com relação aos objetos políticos, o nível da combinação de culturas políticas, gerando uma necessária análise múltipla para compreender o sucesso da cultura cívica.

Os exemplos mais explorados são os da Grã-Bretanha e dos Estados Unidos. Principalmente no primeiro, os autores demonstram claramente a convivência de diferentes culturas políticas em harmonia com o desenvolvimento social.

O conceito de cultura política, na formulação de Almond e Verba, portanto, é um enquadramento nitidamente etnocêntrico das sociedades ao redor do mundo. Traz uma produção abundante de discussão e material pesquisado. O que fica claro é que nitidamente não fundamenta nenhuma das visões menos abstratas da cultura política, mesmo dando valor a elementos históricos. Ao favorecer a comparação em suas análises, Almond e Verba levaram-na ao hiperbolismo, ignorando as implicações que simplificam a análise sócio-histórica. O conceito de cultura política para eles tem a preocupação central com o **desenvolvimento político**.

Tendo colocado essas características consideradas aqui fundamentais na teoria de Almond e Verba sobre a cultura política, passemos à análise de Baczko, que segue um caminho consideravelmente diferente de análise em seu trabalho que aborda a fecundidade do estudo dos imaginários sociais.

2.2 Baczko

Resumindo Almond e Verba: o indivíduo, situado como está num contexto social com características específicas de desenvolvimento, pensa e age de uma determinada maneira em relação ao poder estabelecido em sua sociedade. Essa maneira pode ser apreendida através de estudos que organizem o entendimento dos sentimentos, conhecimentos e avaliações de cada um desses indivíduos, gerando categorias típico-ideais que, assentando princípios micropolíticos de ação, permitem a explicação da dimensão macropolítica, retirando o foco do indivíduo e, assim, restituindo-o ao contexto social a que pertence.

Pela variedade de fontes metodológicas dos autores, que procuram integrar a análise aplicada

com *surveys* à análise, que também consideram indispensável, do desenvolvimento histórico do objeto, Almond e Verba operam através de um raciocínio tautológico: o indivíduo age assim porque faz parte de uma sociedade; ao mesmo tempo, a sociedade é assim porque o indivíduo age assim. Sem constituir necessariamente um defeito da análise, a tautologia revela um dilema importante com que se deparam aqueles que analisam as sociedades. Indivíduo ou sociedade? Micro ou macro? Serão instâncias distintas? Se sim, qual o relacionamento entre elas?

É esse dilema que, na análise de Baczko, parece em princípio resolvido. Sua discussão conceitual possui um mote: “a época das ortodoxias parece, pois, ultrapassada; vivemos, muito felizmente, na época das heresias ecléticas” (BACZKO, p. 28). Numa tentativa de fundar um campo de pesquisa dos imaginários sociais, e para isso constituir sua tradição, como o autor diz que faz qualquer campo de pesquisa que seja fundado, Baczko o faz considerando todo o corpo teórico de autores metodologicamente e mesmo “imaginariamente” distintos, como são Karl Marx, Max Weber e Émile Durkheim, buscando em cada um dos autores o tratamento que deu à questão dos imaginários.

Essa flexibilização teórica permite a fuga do dilema apontado acima na medida em que fundamenta o **ataque à dualidade do pensamento social**, que, se por um lado considera existir a instância daquilo que constitui o movimento real da dinâmica social e a instância daquilo que é pensado, imaginado coletivamente, mais frequentemente associado a uma distorção da realidade, por outro lado insere o indivíduo na dinâmica social de maneira qualitativa, isto é, o indivíduo deixa de ser um ente separado da sociedade, ao mesmo tempo em que a sociedade deixa de ser contra ou a favor do indivíduo, mas sempre envolvida no seu dia a dia como ser social.

A estratégia é de passar de uma filosofia que desvenda para uma filosofia que entende. O imaginário passa a ser o objeto fim, cujo funcionamento deve ser compreendido pelo pesquisador, pois por ele passa toda relação humana. Não pode, então, ser tratado mais como um intermediário entre o objeto e aquele que o observa, o qual embaçaria a visão do pesquisador sobre o que realmente acontece nas relações sociais. O imaginário sai do campo das falsificações coletivas para ocupar lugar fundamental na teoria social. A sociedade não age sobre os indivíduos, tampouco estes sobre ela. Ela é os indivíduos agindo socialmente.

Ainda na comparação com Almond e Verba, deve-se lembrar que **o objeto de atenção de Baczko são os imaginários sociais**, e não propriamente a cultura política. É interessante perceber, porém, nesse aspecto, que os três *case-studies* que o autor apresenta, quais sejam, as revoltas camponesas, a Revolução Francesa e o terror estalinista, têm natureza diretamente política, quer dizer, estão envolvidos com o exercício do poder e a criação de imaginários em diferentes contextos desse exercício. Além disso, os imaginários são, como coloca Baczko, formas de legitimação do poder. Constituem discursos largamente aceitos de entendimento e ação política.

O que importa destacar aqui é, mais uma vez, o deslocamento do foco da “realidade” social para o funcionamento dos imaginários, o que coaduna com a tendência interdisciplinar que traz a cultura como um aspecto explicativo importante do funcionamento social. Da mesma forma que a absorção da Antropologia na discussão sobre a dinâmica política evidencia a força explicativa do conceito de cultura, trazendo à discussão aspectos simbólicos do relacionamento social, o tratamento dado aos imaginários por Baczko acentua a necessidade de um aparato conceitual específico para seu estudo, pois eles apresentam, em diversos contextos, traços simbólicos fortes de cada povo, de cada história, de cada situação vivida.

Um aspecto essencialmente cultural da sociedade funciona como um objeto privilegiado de análise. O resultado não pode ser outro, senão a delimitação desse espaço, que deixa de ser apenas uma espécie de autoconhecimento da sociedade para passar a ser, além disso, objeto manipulável, disputado conflituosamente por diferentes grupos sociais.

Isso nos leva ao **estudo das estruturas sociais de comunicação**. Admitem-se dois aspectos do imaginário: um está ligado ao seu conteúdo, que circula através de combinações lingüísticas e simbólicas finitas, disputadas socialmente; o outro, igualmente disputado, diz respeito às mídias de transmissão, absorção, e retransmissão das mesmas combinações.

O caminhar histórico dependerá em boa medida das relações entre esses dois aspectos numa dada sociedade. Fazendo o que talvez possamos entender como uma interdisciplinaridade a mais, além das que o próprio autor aponta, Baczko sustenta que existiria uma espécie de economia dos imaginários. Grupos, dotados de diferentes imaginários, como Marx já notava, disputam símbolos e representações sociais pertencentes ao imaginário global, a fim de suceder na luta pelo poder legítimo.

Essas relações possuem desenvolvimento importante ao longo da história, pois configuram um conjunto de alterações qualitativas significativas, em termos de abrangência, que dizem respeito à centralização estatal, através da criação das estruturas institucionais do Estado Nacional, as quais funcionam por meio de um corpo burocrático que controla informações e possui o monopólio da violência em seu território. Essa diferenciação entre as sociedades centralizadas e as difusas é importante porque separa, do ponto de vista da operação política dos imaginários, duas formas básicas de relacionamento social e, portanto, duas categorias para o autor.

Na linha dessa diferenciação aparecem os meios de comunicação de massa contemporâneos, que promovem o funcionamento de uma rede de comunicação de enormes proporções, que, pelo próprio fato de multiplicar a informação, é obrigada a filtrá-la por meio de reelaborações em tempo real das informações coletadas ao redor do mundo. Esses meios de comunicação podem, também, combinar-se com formas diferentes de dominação política. Isso coloca para o pesquisador a necessidade de atualização das condições específicas de difusão dos objetos do imaginário para que se possa compreender determinada sociedade. Como entender a sociedade contemporânea sem a compreensão das alterações que a internet promoveu nas formas de comunicação e, conseqüentemente, na formação do imaginário global, tanto no sentido de imaginário pertencente a toda uma sociedade quanto no sentido de globalizado internacionalmente? **Todo imaginário é, ao mesmo tempo, instrumento e objeto do sujeito social.** Em determinados momentos, seu aspecto objetivo fica mais acentuado, como o próprio Baczko exemplifica com os acontecimentos de Maio de 1968 na França, em que a imaginação se transformou em signo politicamente explorado a fim de promover uma guerra simbólica a favor dela. Em outros momentos, importa focar no imaginário como delimitador das ações sociais, como organizador discursivo das necessidades e objetivos sociais.

Na teoria de Baczko, **o imaginário constitui um campo de estudo autônomo**, no sentido de que pode ser delimitado como um conjunto de instrumentos e representações que possuem um determinado funcionamento interno e se relaciona de diferentes maneiras com fenômenos externos a ele. E também no sentido de que funciona, basicamente, por uma lógica de adesão e divisão não dificilmente identificável em determinado contexto. Como todo poder necessita de adesão para se estabelecer, o poder centralizado da burocracia moderna manipula meios de difusão das informações para conquistar e manter sua hegemonia imaginativa.

Vemos, portanto, que, considerando a visão da política que se pode depreender do que Baczko entende do imaginário social, elementos que apontam para outro sentido de análise em relação a Almond e Verba são levantados em favor de uma nova visão. O foco sai do indivíduo e passa para a dinâmica rede de imaginários sociais, tal como se materializa e atualiza através de meios diversos de comunicação que possibilitam e conformam as difusões e os diálogos. Exemplos são fáceis de sugerir: a fase de construção do Estado brasileiro após a independência do país, ao longo do século XIX, mostra o grau acentuado de criação e difusão de representações e imagens relacionadas ao poder central e ao Império que o Brasil poderia ser num período em que as transformações republicanas varriam a América do Sul. O movimento dos sem-terra poderia constituir outro exemplo, e poderiam ser estudados tanto o seu próprio imaginário, isto é, como a organização dos sem-terra cria representações unificadoras, como o inimigo comum ou a interpretação comum da vida no campo, por exemplo, quanto a extensa guerra de imaginários, que envolve desde a cor vermelha do movimento, associada, na memória coletiva, ao comunismo, até a imagem do invasor de terras, veiculada na mídia. Poderiam ainda ser tomados como exemplos a guerra ao terror do século XXI, um prato cheio para análises do funcionamento das redes de comunicação global, ou até a crise financeira mundial, que suscita, atualmente, tantos protestos relativamente organizados.

O texto de Baczko, para além de reconstruir sucintamente o histórico da problemática dos imaginários sociais no pensamento social, o que, como o próprio autor coloca, constitui seu objetivo principal, faz uma descrição do que ele vem a ser. Nesse sentido, o raciocínio também é tautológico: o imaginário é assim porque ele é assim, pois todos sabem que ele existe, apenas nunca o trataram propriamente como um campo autônomo de pesquisa. O mais importante, porém, independente dessa característica, é que **o imaginário aqui, diferentemente de Almond e Verba, é tratado organicamente**, isto é, o imaginário não está separado da vida social, mas faz parte dela em todos os seus momentos. Essa característica importante nos leva à discussão do entendimento de Daniel Cefaï da nova forma de pensar o social que surgiu de um processo construído desde a década de 1960.

2.3 Cefai

Daniel Cefai localiza nos anos sessenta uma importante inflexão teórica ocorrida nas Ciências Sociais. Em detrimento da teoria do desenvolvimento político-cultural das nações, de Almond e Verba, começaram a aparecer análises ancoradas na definição de atributos específicos da cultura de cada sociedade. Nessa tarefa estavam empenhadas disciplinas com a Antropologia e a Sociologia. Almond e Verba, na sua ambição de apreender o funcionamento da cultura política em abstrato, passaram a ser considerados simplificadores da realidade, uma vez que se assentaram em modelos psico-sociais que nivelaram as desigualdades, deixando de compreender o particular.

O que acontece é uma inversão que faz contrários coexistirem. O entendimento da chamada dimensão micro política, que diz respeito ao nível dos indivíduos, não aborda cada um deles como um ente diferenciado, que exigiria toda a atenção de um estudioso. Focar o indivíduo implica, não só nas Ciências Sociais, mas também na Psicologia, no seu tratamento a um nível abstrato. O indivíduo, dotado de certas categorias generalizáveis, atua em conjunto com outros indivíduos, o que resulta na dinâmica social. Existe a coexistência, portanto, entre o micro e o abstrato, entre o indivíduo e a generalidade.

Similarmente, coexistem na análise macro, isto é, naquela análise que considera grupos sociais formados por elementos em interação orgânica, a globalidade do objeto de estudo e sua particularidade, pois esse objeto, uma vez podendo ser apreendido apenas através do entendimento de seus componentes orgânicos, constitui uma formação histórica *sui generis*, cuja comparabilidade exige matizações teóricas.

Existe, portanto, aqui, outro tipo de flexibilização teórica. Além de integrar diferentes disciplinas nas análises sociais, Cefai propõe a **localização histórica do objeto de estudo e sua compreensão baseada em regras internas a ele**, as quais devem ser estabelecidas pelo próprio pesquisador na relação com seu objeto. Os princípios de funcionamento de uma cultura política, sua abrangência e seus principais atributos, dependerão do próprio objeto que se estuda. Aqui existe uma importante relação dessa concepção com a de Baczko, que é a desvinculação dos imaginários da falsificação social da realidade, passando a tratá-los como recursos humanos de representação e estabelecimento de sentido real para a vida social e

individual. Se o imaginário não é mais uma barreira a ser rompida no estudo da sociedade real, a própria cultura se torna objeto fim, ou seja, a elaboração dos homens sobre a própria sociedade, com suas “imperfeições”, vícios e vicissitudes, constitui o objeto privilegiado de entendimento de uma sociedade. Não se trata de revelar ao homem o que ele é, mas de compreendê-lo organicamente, tal como inserido numa rede de significações e implicações recíprocas que devem se revelar ao pesquisador em seu próprio contexto.

Para isso, cada disciplina pode contribuir diferentemente, combinando-se com outras e formando perspectivas híbridas que o autor chama de “sócio-anthropologia ou sócio-história do político”. Embora esteja presente em todos os autores analisados aqui e seja um dos temas centrais deste trabalho, é importante destacar a centralidade da **interdisciplinaridade**, buscada explicitamente por Cefaï em sua definição da cultura política.

O primeiro texto apresentado pelo autor no livro *Cultures Politiques* foi escrito por Clifford Geertz, antropólogo americano conhecido por seus trabalhos de campo sobre culturas “primitivas”. Geertz desconstrói a problemática em torno da ideologia, que, analogamente ao imaginário, é considerada uma falsificação da realidade, para propor a utilização de um bom aparato teórico baseado nas teorias da linguagem para o entendimento do complexo sistema lingüístico e simbólico de criação e transmissão de sentido em uma sociedade. Trata-se, como também vimos em Baczko, de dirigir-se, o pesquisador, à cultura como dotada de uma dinâmica própria, que considera o homem como criador e receptor cultural, conhecedor das figuras de linguagem e mesmo da intenção manipulatória da apropriação e criação dos símbolos. A eficácia dos símbolos está ligada a suas próprias características, que circulam no meio social através de inter-relações identificáveis, basicamente, como figuras de linguagem, às quais se aludiu acima.

O interessante dessa concepção é que permite, ao menos em esboço, um entendimento da sociedade bem no espírito da introdução de Cefaï: o pesquisador dirige-se à dinâmica de circulação dos bens simbólicos, campo particularmente movimentado historicamente e, portanto, necessitado de um aparato conceitual que não engesse as categorias sociais, mas defina no próprio movimento, e de acordo com cada estrutura de significações, as características culturais de uma sociedade. Assim é que uma cultura pode ser tanto dualista, como organicista. Pode incentivar a competição ou a cooperação. Pode tentar excluir os desajustados, como incluir a todos em nome da pátria, configurando a opressão do Estado

totalitário. Assim, voltamos à flexibilização teórica que se apontou acima.

As três concepções abordadas até agora, apesar de algumas diferenças marcantes, possuem uma certa complementaridade, que já deve ter ficado clara, no entendimento do fenômeno da cultura política. Dialogando com as tradições do pensamento, todas elas se vêem diante da necessidade de delimitar um campo negativo, que explicita o que a cultura política não é, antes de dizer o que é. Acaba que mesmo a pesquisa, tão bem informada estatisticamente, de Almond e Verba possui um grau de indefinição do fenômeno que, como coloca Baczko, tem característica polissêmica e se presta a abordagens muito diferentes. Isso se deve à intenção, que se pode extrair da leitura dos textos, de abordar um objeto que intuitivamente constitui uma nova dimensão importante para os historiadores, dando lugar a toda uma nova linha de pesquisa com possibilidades de abordagens originais sobre as sociedades, mas que não tem ainda seu limite e suas características bem definidas como campo de pesquisa das Ciências Humanas. Daí a amplitude de fenômenos que podem ser, e são, colocados sob a rubrica da cultura política. Desde as opiniões expressas pelos indivíduos, os discursos políticos, ou mesmo o comportamento cotidiano aparentemente não relacionado à política propriamente dita, mas configurador de uma cultura que rechaça determinados sistemas políticos mais ou menos democráticos, a cultura política abrange uma variedade de temas que acaba por demonstrar a dificuldade de definição do objeto que os autores até aqui abordados parecem não superar.

Por isso, tomarei a liberdade de chamar a próxima abordagem da cultura política como uma abordagem restrita do fenômeno.

2.4 Patto / Berstein

Começemos pela definição de cultura política dada por Rodrigo Patto em seu texto publicado na revista da ANPUH/MG:

[O conceito de cultura política] pode ser caracterizado como o conjunto de normas, valores, atitudes, crenças, linguagens e imaginário, partilhados por

determinado grupo, e tendo como objeto fenômenos políticos. Pág. 86

Essa definição, como está colocada, em nada discorda das abordagens anteriores. Uma vez delimitado o conceito de cultura, trata-se apenas de um recorte que separa nele aquilo que é propriamente político. Concorda na fecundidade do conceito e na necessidade de tratá-lo como campo autônomo de estudo.

Existem duas características, porém, que alteram consideravelmente a abordagem do fenômeno da cultura política. Essas características são igualmente incorporadas por Serge Berstein em seu entendimento do conceito (Berstein, 1998).

Em primeiro lugar, a necessidade de haver a característica de duração relativamente longa do fenômeno político para que seja caracterizado como cultura política. Isso é o que separa a cultura política, como coloca Berstein, da simples tradição política. A cultura, mais do que possuir uma duração longa, está arraigada, através de processos de socialização por que passam os indivíduos inseridos numa determinada sociedade, na vida de cada sujeito e objeto políticos. Ela deve representar uma tradição que, por seu caráter cultural, ultrapassa gerações e, ao mesmo tempo, constitui-se como um grupo de valores, atitudes, crenças, linguagens e imaginários isolável enquanto cultura propriamente política, quer dizer, identificável como uma tradição de pensamento e atitudes advindas da reflexão sobre momentos socialmente críticos que, apesar de sofrer adaptações em sociedades e tempos diferentes, constitui um *corpus* discursivo autônomo, identificável por princípios cognitivos e de ação no campo político.

A essa característica da durabilidade vem se somar o **aspecto normativo da cultura política**. Ela sempre se exprime como um conjunto de planos políticos que defende para a sociedade. Esse é o aspecto político propriamente dito da cultura abordada por Berstein e Patto. Na medida em que se caracterizam como diferentes formas de pensamento e ação arraigadas na sociedade, as culturas políticas podem ser tratadas como conjuntos de princípios que transitam entre sociedades, mantendo relativamente suas características básicas. Uma vez fundado o republicanismo, por exemplo, é fundada também uma lógica de adesão ou não a essa cultura política. E ela se mantém como o que é, o republicanismo.

Como colocado acima, essa visão constitui uma restrição do fenômeno da cultura política, pois delimita mais rigorosamente o campo de análise em termos dos objetos que vão ser analisados, os quais passam a ser, basicamente, o republicanismo, o liberalismo, o socialismo, o fascismo, enfim, as grandes tradições políticas que sem dúvida podem ser tratadas como culturas arraigadas consideráveis como propostas diferentes para a organização social, para o entendimento do papel do Estado, dos trabalhadores, e assim por diante.

Utilizando essa perspectiva, seria interessante investigar as implicações da perda, na contemporaneidade, de sentido da exclusividade de grandes interpretações sociais, como essas culturas políticas enumeradas acima, para dar lugar a combinações “heréticas” entre capitalismo e socialismo, liberalismo e planificação, capital e assistência social. Configurar-se-ia uma nova forma de relacionamento político? Continuaría fazendo sentido referir-se, simplesmente, ao socialismo, ou ao nazismo? Não existiria perda para o conceito, que aqui chamamos de restrito, da cultura política? Mais uma vez nos deparamos com a mudança histórica e a necessidade de um aparato razoável de apreensão teórica dessa mudança.

3 SÉRGIO BUARQUE

No centro da interdisciplinaridade de que tratamos desde o início deste trabalho está uma questão que se levanta a propósito do próprio sentido de existir a interdisciplinaridade. Se é necessário buscar conceitos de outros ramos do pensamento social para explicar o próprio objeto, é porque não se considera suficiente para o entendimento da realidade o equipamento teórico de que se dispõe em uma determinada disciplina. Nesse sentido, a interdisciplinaridade é exatamente a negação do próprio campo de estudo. Por outro lado, os campos de estudo permanecem autônomos e reivindicam sua identidade apesar de todas as absorções.

Assim é que, anulando-se para se reafirmar, o campo de pesquisa de cada ciência social enfrenta sem ir até as últimas conseqüências o problema de existir ou não uma abordagem que apreenda na medida certa o individual e o coletivo, o concreto e o abstrato, a mudança e a estrutura, numa perspectiva não apenas interdisciplinar, mas também transdisciplinar, podendo chegar, no extremo, à inutilização de determinadas diferenciações entre campos do conhecimento humano. A cultura política é um conceito da História ou da Sociologia? Da Antropologia ou da Psicologia? Ou seria ele, finalmente, o objeto por excelência do entendimento do fenômeno político, capaz de conter em si a chave da explicação integrada da evolução social como ela acontece, sem o prejuízo provocado pela preocupação analítica de separar uma dimensão sociológica de uma dimensão antropológica ou política dos fenômenos?

A propósito dessa questão, uma diferenciação importante que poderia ser feita se dá entre aspectos restritivos e aspectos abrangentes nas teorias de culturas políticas. De um lado, a ligação, justificada quase intuitivamente, que se teoriza entre a cultura, entendida como conjunto de hábitos sociais arraigados em uma determinada sociedade, e suas implicações políticas. Para essa concepção o conceito de cultura política vem alertar sobre a necessidade de perceber, como faz Baczkó, que a política não se restringe à política, mas está ligada a elementos típicos de uma sociedade que possui uma história atrás de si. O termo “política” faz uma espécie de recorte nas manifestações culturais. De outro lado, o entendimento da cultura política como um fenômeno propriamente político. Aqui o foco encontra-se no segundo termo do conceito, e é a cultura que aparece acessoriamente, como idéia que permite compreender o funcionamento ritualístico, mítico e simbólico de uma cultura política estabelecida. Embora por razões muito distintas, as abordagens de Patto, Berstein e a de Almond e Verba se

inscreveriam nessa tendência. Uma enxerga a cultura política como um complexo de signos políticos arraigados em uma tradição que pode ser tratada autonomamente como meio de conhecimento e ação de determinados grupos na esfera política. A outra, não distinguindo política de relacionamento com o fluxo de poder estatal, projeta sobre o indivíduo, seu ponto de partida analítico, os contornos de uma personalidade que, autonomamente em relação às esferas não-políticas da vida, define-se por sua forma de inserção no sistema político moderno.

O livro de Sérgio Buarque de Holanda pode constituir um interessante diálogo com essa diferenciação conceitual.

3.1 Raízes do Brasil

Em seu artigo sobre a obra de Ranke (HOLANDA, 1996), Sérgio Buarque analisa o autor alemão à procura do que teria sido esquecido e do que teria sido preservado, em termos de aceitação e utilização no meio historiográfico, de toda a sua contribuição como historiador. E o aspecto que ele elogia, que teria perdurado na prática da produção de conhecimento histórico depois de Ranke, seria uma maneira, ou melhor, uma disposição mental tipicamente historista. O escritor alemão, ao esclarecer os princípios norteadores de sua produção, sempre tentou ancorar-se num equilíbrio não facilmente atingível entre uma disposição irrestrita a deixar a história falar por si, com seus personagens e forças intrínsecos, e a participação do historiador, sem a qual é impossível ultrapassar o nível de cronista de relato de pequenos acontecimentos, no sentido de encontrar e compreender as conexões existentes entre os acontecimentos situados em uma mesma unidade histórica e processos históricos mais abrangentes.

Este é um aspecto metodológico fundamental que se pode detectar como princípio aplicado na obra de Sérgio Buarque. Trata-se, sempre, de encontrar o ponto ideal em que a descontinuidade e a continuidade históricas estão presentes, de tal forma que não prejudiquem a compreensão, conduzindo-a seja para um visão muito estática, seja para uma visão muito dinâmica do processo histórico. Este resultado é obtido através da construção de conceitos que agrupam grandes unidades históricas explicáveis internamente que, no seu próprio desenvolvimento e relação com outras unidades históricas, levam a resultados identificados,

explicáveis através da produção do historiador.

Essa reflexão teórica perpassa grande parte da obra de Sérgio Buarque. Em particular no livro *Raízes do Brasil*, o autor procura uma interpretação que, até mesmo pela abrangência cronológica (dos descobrimentos aos tempos em que se escreveu o livro), a qual contrasta com o porte franzino da obra de 200 páginas, demanda conceituações globalizantes. Vejamos como ela é apresentada ao longo do livro.

O primeiro elemento a ser destacado no livro *Raízes do Brasil* é a cultura da personalidade, característica dos povos ibéricos. Valorizava-se a autonomia dos indivíduos. É importante ressaltar a profundidade, em termos de influência na vida dos membros da sociedade, que, para Sérgio Buarque, atinge tal valorização. O indivíduo quer de tal maneira ser independente, ser ele mesmo e nada diferente de si, que a submissão a qualquer necessidade exterior é rejeitada por ele. E o trabalho é uma necessidade exterior, na medida em que é preciso aceitar as regras da natureza para chegar ao resultado material que se deseja, ou aceitar a colaboração segundo uma necessidade que não se encontra nos indivíduos, mas no objeto que será produzido por essa colaboração. A face moral dessa atitude com relação ao mundo é o desprezo pelas atividades manuais.

Dessa cultura da personalidade derivam-se a fraqueza do princípio hierárquico entre os brasileiros e uma mobilidade social que não dá muito espaço para diferenciações baseadas em privilégios. E daí, contra-intuitivamente, será derivada a persistência de hábitos tradicionais de vida entre a burguesia ibérica, que, não tendo grandes dificuldades a vencer para se estabelecer, não precisou se comportar de maneira marcadamente diferenciada das elites territoriais tradicionais.

Através de um raciocínio dialético, que considera os contrários necessários um ao outro, na medida em que se alimentam um do outro, Sérgio Buarque chega à obediência como forma de organização social mais difundida entre os ibéricos. Considerando-se que não há coesão social baseada no comportamento dos indivíduos na esfera da sociedade, isto é, já que os indivíduos não colaboram espontaneamente entre si, mas querem bastar-se a si mesmos, a esfera política como força artificialmente constituída para manter a coesão inexistente adquire relevância inevitável.

A apresentação dos conceitos de “trabalhador” e “aventureiro” e a inclusão dos ibéricos na

segunda categoria, tema que é objeto da reflexão de Sérgio Buarque no segundo capítulo, vem muito mais confirmar o que foi dito no primeiro capítulo do que adicionar um elemento novo relevante para a explicação da nossa História. Tais categorias têm como resultado último muito mais a localização da península ibérica numa visão mais ampla dos grupos humanos do que sua caracterização. O tipo do aventureiro, com seus grandes vôos e pouca aptidão para trabalhos cujo resultado exija longo e cuidadoso esforço, tipo que Sérgio Buarque vê refletido na predisposição a ocupar cargos e funções muito diferentes entre si, pode ser visto como um complemento da inadaptação a leis estranhas, atitude caracterizada no primeiro capítulo. O povo ibérico pode ser classificado como aventureiro porque é personalista.

É através desse conceito que Sérgio Buarque apresenta sua visão do empreendimento colonizador dos portugueses no Brasil, agora já se movendo mais à frente na História. Desleixo, plasticidade social e desapego ao trabalho metódico são as características que criaram uma sociedade facilmente adaptada aos costumes indígenas; muito mais mineradora do que agrícola, pois interessada em tirar da terra os produtos de maneira predatória e não em cultivá-la; quase livre de orgulho de raça e pouco coesa socialmente.

A verdade é que o livro de Sérgio Buarque se abstém de detalhar eventos históricos para concentrar-se em um tema que perpassa, mesmo de forma subentendida, todo o livro: os colonizadores que fizeram o percurso histórico de conquista e exploração do Brasil se movem imbuídos de predisposições psicológicas, morais, culturais, que, muitas vezes alimentadas pelo próprio movimento histórico (como é o caso da formação do Estado português, que deu maior estabilidade ao seu povo, permitindo que os portugueses se abstivessem de estabelecer regras muito restritivas ao povoamento de novas terras, diferentemente dos espanhóis, há muito envolvidos em lutas de reconquista), resultam em um certo tipo de sociedade quando interagem com o meio histórico em que se realiza a tarefa colonizadora.

Isso fica bem claro quando Sérgio Buarque trata da forma como os portugueses se estabeleceram na terra. Elementos históricos são sublinhados e confirmam um quadro cultural pintado anteriormente. No terceiro capítulo, Sérgio Buarque destaca a ruralidade de nossa sociedade. Começa pela constatação de uma característica histórica: “toda a estrutura e nossa sociedade colonial teve sua base fora dos meios urbanos”. Depois, o autor discute a etapa da história do Brasil em que emerge o conflito entre vida rural e vida urbana. Em meados do século XIX, o Brasil passou por importantes transformações que fizeram a vida rural perder

força gradualmente. A vida das autarquias rurais, em que famílias viviam sem necessidade de freqüentar a cidade, dominava a rotina de cidades vazias e sem expressão. Dessa forma, a mentalidade rural influenciava fortemente o ambiente urbano, principalmente porque os ocupantes de cargos políticos provinham da classe rural. Tal mentalidade significava a nostalgia do ambiente familiar e a incapacidade de adoção de um comportamento impessoal.

Nesse momento do livro, Sérgio Buarque descreve um movimento histórico que já é próprio do Brasil, no sentido de que não se ampara mais diretamente nas características dos portugueses ou ibéricos para explicar a nossa sociedade, mas parte agora de características da sociedade local. O que os portugueses criaram, devido, em larga medida, à sua cultura, foi uma sociedade com determinadas características na esfera dos valores e das mentalidades. Essas características ajudam a explicar o movimento histórico posterior. Assim é que as raízes do Brasil, no terceiro capítulo, não estão mais na península ibérica, mas no próprio mundo rural brasileiro.

No quarto capítulo, Sérgio Buarque volta à caracterização da península ibérica que esclarece a formação da colônia portuguesa, agora com o objetivo de estabelecer uma diferenciação importante entre portugueses e espanhóis. Os primeiros caracterizam-se por atitudes de desleixo, uma falta de racionalização da vida e pouca vontade de permanecer na terra, expressos principalmente nas construções urbanas pouco planejadas e na permanência, por longo tempo, no litoral da América portuguesa. Os segundos, ao contrário, planejavam com minúcias as cidades onde viveriam e procuravam locais que reproduzissem as condições climáticas do Velho Mundo.

Todo esse movimento histórico, que parte da sociedade ibérica para separá-la em portugueses e espanhóis e chega à América portuguesa, vai encontrar no “homem cordial”, tema do quinto capítulo do livro, a expressão cultural mais expressiva de seu resultado. Aqui, a vida predominantemente rural brasileira, imbuída de uma cultura tradicional centrada na autonomia individual, desprezo pelas atividades manuais e pouca racionalização da vida, corresponde a um “homem”, no sentido de indivíduo, que adota uma atitude específica com relação ao mundo. Sérgio Buarque está interessado na cultura que estabelece referenciais básicos do comportamento social dos indivíduos, uma cultura que se expressa em vários planos da vida. Homem cordial é aquele que age com o coração. Seja no sentido da amizade, seja no da inimizade, ele está sempre sentindo, mais do que racionalizando. Pois a racionalização, tratada

como tipo ideal, pressupõe a impessoalidade: pensa-se em termos de objetivos e meios, maximização e instrumentos, no sentido de encontrar os melhores caminhos para os fins estabelecidos. Assim, numa sociedade racionalizada, os outros indivíduos não são tratados como pessoas com identidades específicas por cada um de seus participantes, mas como indivíduos abstratos, atados por elos contratuais, exteriores a cada um deles como pessoas. Importa, antes de tudo, que haja regras bem definidas de convivência, para que todos estejam igualmente sujeitos ao mesmo conjunto de prescrições normativas.

E é por ser incapaz dessa racionalização que o brasileiro encontra obstáculos à formação do Estado moderno. Pois, como chama atenção Sérgio Buarque no início do quinto capítulo, entre a família e o Estado existe uma descontinuidade. Os valores que fundamentavam as relações entre os indivíduos na família rural brasileira vão naturalmente marcá-los com uma ética que não ultrapassa a pessoalidade para alcançar a universalidade. Que não cederá à lei geral se ela contraria o indivíduo. Que não se move pelo princípio do “universalismo de procedimentos”, seja nas relações políticas, econômicas, sociais ou religiosas.

Raízes do Brasil é um livro polêmico. Na discussão que se formou em torno dele, já foi tratado como história da formação do Estado moderno, como um livro de Sociologia e até de Antropologia, e há diferentes visões sobre as principais fontes metodológicas de seu autor (DIAS, 2002). Lançado em 1936, o livro carrega uma saudável despreocupação analítica, que exige grande conhecimento por parte de seu autor para que seja desempenhada com qualidade: não é um livro apenas interdisciplinar, como também as fronteiras entre as disciplinas nele contidas não podem ser senão analiticamente estabelecidas. Parece mais difícil dizer que o livro contém várias disciplinas do que dizer que não contém nenhuma delas. Nesse sentido, a obra se aproxima da literatura, embora não o possa ser considerada.

Vejamos, por exemplo, as categorias de aventureiro e trabalhador. Elas não podem ser identificadas nem como componentes do que se chamaria de estrutura social ou cultural, nem, tampouco, com perfis psicológicos dos indivíduos envolvidos no processo histórico em questão. Embora Sérgio Buarque atribua as características dessas categorias a diferentes princípios de visão e ação existentes na humanidade como um todo, elas adquirem sentido no livro quando associadas às culturas nacionais de Espanha e Portugal. São formações históricas, escavadas nas próprias implicações e causalidades dos acontecimentos. De um lado, Sérgio Buarque é, como Almond e Verba, individualista, pois os tipos do aventureiro e do

trabalhador caracterizam indivíduos. Estes estão, porém, em um contexto cultural nacional que, tratado como conceito, define possibilidades históricas no longo tempo, como o da formação da sociedade brasileira.

Assim é que as categorias definidoras de determinado momento das histórias de Espanha e Portugal dão lugar a novas formações conceituais quando no livro se trata de abordar a fase em que os portugueses se instalam em terras americanas. As características do ambiente e os processos de formação da economia e das relações sociais delineiam um perfil local, calcado na ruralidade.

O mesmo acontece com o famigerado homem cordial, que, por sua força interpretativa, em algumas discussões deixa de ser um conceito para ser tratado como uma espécie de símbolo da vida no Brasil, numa apropriação baczkiana no âmbito do imaginário autorreflexivo do brasileiro.

O que se quer dizer aqui é que, dentro das diferenciações colocadas acima entre tipos de teorias sobre as culturas políticas, fica difícil dizer que o homem cordial, por exemplo, é um conceito cultural, ou antropológico, com determinadas implicações no campo da política, ou vice-versa. Está tudo ali, o homem cordial é o político, mas é também o fazendeiro, o alforriado, o militar. Assim, o conceito é utilizado quando alguém se refere à cordialidade na política, na economia, nas relações sociais, etc.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ainda que se discorde dos conceitos de Sérgio Buarque, seja porque eles são demasiadamente abrangentes, ou porque carregam vícios como associar cegamente cultura com nacionalidade, é interessante perceber a tarefa que o autor se propôs enfrentar e o exemplo de espírito histórico que o guiou. Sérgio Buarque se inscreve, como historiador, numa tradição ainda clássica de interpretação ensaística, junto com autores como Caio Prado Júnior e Fernando Novais.

Vista sob o aspecto aqui analisado, porém, sua obra adquire uma relevância antecipatória. Maria Odila Leite da Silva Dias, uma de suas alunas, escreveria mais tarde, em *A Interiorização da Metrópole*, uma interpretação interessantíssima que colocaria uma nova perspectiva sobre o processo de independência brasileiro.

Em seu trabalho, Maria Odila percorre um caminho de desconstrução: mesmo percebendo a peculiaridade do processo de independência do Brasil, importantes historiadores fundadores de grandes interpretações sobre o nosso país foram, no que se refere à interpretação desse processo, traídos pelo vício da percepção da independência como uma luta *in abstracto* entre os nativos, então em processo de constituição de sua identidade exclusiva em relação aos forasteiros, e os estrangeiros, naturalmente opostos a essa identidade. Uma visão dualista.

Essa desconstrução deve-se à necessidade de reconstrução: Maria Odila apresenta no texto diversas passagens indicativas de uma movimentação interna ao Brasil antes, durante e depois da separação de Portugal, a qual aponta para a necessidade de estudos que desloquem o foco da perspectiva dualista para um entendimento da dinâmica social historicamente específica do país na primeira metade do século XIX. Com a vinda da Corte portuguesa para a colônia em 1808 e dada a situação de Portugal às voltas com as guerras napoleônicas, processou-se uma separação entre os interesses do antigo reino, necessitado de compensar as perdas da guerra, e da nova corte do Rio de Janeiro, que pressionava por mudanças modernizadoras prementes à época do novo capitalismo. Com essa separação, anterior à fase de independência, alterou-se significativamente o quadro social da colônia. O português continuou a ter predominância nele, mas possuía, a partir de então, interesses que se interligavam com os da classe produtora nativa. Essas circunstâncias, unidas às divisões internas ao reino entre os liberais ligados às

novas tendências da Revolução Francesa e os defensores do *status quo* português iria culminar na independência do Brasil.

Após a separação de Portugal, as classes dominantes se viram obrigadas a se unir em torno de um interesse comum: a autoproteção em relação à grande maioria populacional desprovida e “bárbara” herdada da colônia. Isso proveu, através dos recursos às imagens do império e do príncipe, a coesão social necessária à manutenção da união das colônias que formariam o Brasil.

Uma vez que se vê a história da emancipação brasileira à luz desse processo, os termos “independência do Brasil” passam a aparecer acompanhados de aspas, já que a separação de 1822 não foi acompanhada de um processo político-social que a tivesse lastreado como uma independência no sentido abstrato de separação entre nativos e estrangeiros. Desloca-se, assim, a atenção para outro movimento histórico, de natureza diversa, a saber, o de interiorização da metrópole.

Nessa nova perspectiva apresentada por Maria Odila trata-se de abrir todo um campo de estudo focado em processos de adaptação e relacionamento internos à sociedade brasileira. É uma atitude até mesmo, digamos, imaginariamente emancipatória, na medida em que coloca o foco da formação da sociedade na nossa própria sociedade.

Disso deriva a resposta à pergunta central deste trabalho, ainda não formulada explicitamente: existe cultura política em *Raízes do Brasil*?

A resposta é que sim. Dentro do leque de teorias analisadas aqui sobre o fenômeno, apresentou-se mais uma problemática do que um conceito fechado. Porém, os traços principais dessa discussão, os quais caracterizam o campo teórico em que se reclamam diferentes identidades ao qual se aludiu no início deste trabalho, estão certamente presentes no pensamento do autor. Primeiro, a horizontalidade e a especificidade do conceito de cultura, herdados da Antropologia. Segundo, a possibilidade, pelo caráter global da interpretação contida no livro, de produzir inferências importantes sobre o exercício do poder político no Brasil.

De um diálogo aberto com a interpretação de Sérgio Buarque de Holanda a discussão acerca das culturas políticas tem muito a ganhar.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMOND, Gabriel & VERBA, Sidney. (1965), *The civic culture: political attitude and democracy in five nations*. Boston: Little-Brown.

BACZKO, Bronislaw. (1984), *Les imaginaires sociaux: mémoires et espoirs collectifs*. Paris, Payot.

BERSTEIN, Serge. (1998), A cultura política. In: RIOUX & SIRINELLI (org.). *Para uma história cultural*. Lisboa, Estampa, PP. 349-363.

CEFAÏ, Daniel (org.). (2001), *Cultures Politiques*. Paris, Presses Universitaires de France.
DIAS, Maria Odila Leite da Silva. (2009), *A interiorização da metrópole e outros estudos*. 2.ed. São Paulo, Alameda.

_____. Dialogando com Sérgio Buarque de Holanda. **Cienc. Cult.**, São Paulo, v. 54, n.1, jun. 2002. Disponível em: http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0009-67252002000100036&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 24 jan. 2012.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. (1996), *O atual e o inatual na obra de Leopold von Ranke*. In: _____. Livro dos prefácios. São Paulo, Companhia das Letras.

_____. (2002), *Raízes do Brasil*. In: SANTIAGO, Silviano (Org.). *Intérpretes do Brasil*. 2ª edição, Rio de Janeiro, Nova Aguilar, pp. 899-1102.

KUSHNIR, Karina & CARNEIRO, Leandro Piquet. (1999), As Dimensões Subjetivas da Política: cultura política e antropologia da política. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 13, n. 24, pp. 227-250.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. (1996), O conceito de cultura política. *Anais do X Encontro Regional da ANPUH/MG*. Mariana, pp. 83-91.